

INSTITUTO
Documentação
SOCIOLOGIA
Fonte: *Maria do Nordeste (CE)*
Data: *28/2/98* Pg.
Class: *111*

Em busca da

Desde tempos imemoriais eles vivem na “terra brasilis”, mas há muito que deixaram de ser donos e passaram, primeiro a escravos e depois a subcidadãos brasileiros. Sim, estamos falando deles, dos índios, seres de uma raça quase dizimada e que atualmente está reduzida a alguns milhares de remanescentes. A história nem é tão antiga assim, data de quase quinhentos anos atrás e começa mais precisamente em 22 de abril de 1500. É aí que encontramos o marco inicial do genocídio indígena, resultado de anos de exploração “branca” que tanto agrediram e violentaram a cultura de um povo que já estava aqui antes de Cabral aportar por estas terras.

Bem, esta história já é bem conhecida e todos sabem o que aconteceu após mais de três séculos de colonização portuguesa. Os donos do Brasil passaram a mendigar sua própria terra e só escaparam da completa descaracterização cultural aqueles que pouco ou nenhum contato tiveram com a “civilização”. No Ceará, o massacre não foi diferente de outros estados e, já em meados do século XIX, deixou-se de reconhecer a existência de tribos na taba de Alencar. Irônico, não? Apesar de suas versões romaneadas estarem imortalizadas nas obras de José Martiniano de Alencar, os seres de carne e osso não conseguiram o mesmo respeito que Iracema, Pery ou outro personagem literário. Nem mesmo a teoria do “bom selvagem”, defendida por Rousseau conseguiu esse feito. O resultado disso tudo? Mais de um século de silêncio forçado, pois de 1863 a 1980 firmou-se a idéia de que não mais existiam índios no Estado. Ledo engano. Eles existiam, só que massacrados pela cultura “branca” e com medo de assumir suas origens. Tal situação começou a mudar a partir de 1982, quando reapareceram os Tapebas, povo que vive em condições miseráveis às margens do rio Ceará, em Caucaia. Depois deles, em 86, ressurgiram os Tremembé de São José/Capim-Açu e, no ano seguinte os Tremembé de Almofoala, vilarejo praiano situado em Itarema. Aí vieram os Jenipapo-Canindé, em Aquiraz, e os Pitaguary em Maracanaú e Pacatuba. Seguindo os dados contidos no texto do projeto Memória, Identidade e Resistência, da Campanha de Demarcação de Terras Indígenas no Ceará, a partir de 1991, outras tribos iniciaram então o processo de reivindicação de sua identidade cultural. No Sertão Central, os Potyguara de Monte Nebo, em Crateús; na serra da Ibiapaba, os Tabajara; os Potyguara, em Ipueiras, e os Calabaça, espalhados pelos municípios de Poranga, Independência e Crateús.

Dentro desse resgate, os mais “novos” índios a se organizarem publicamente foram os Canindé, de Aratuba, pequena cidade serra, a 140 km de Fortaleza, que há cerca de cinco anos tentam provar oficialmente as suas raízes.

Moradores do Sítio Fernandes, distante 5 km do Centro de Aratuba, os Canindé, formam um agrupamento de 115 famílias, mas somente 30 delas assumem como herdeiras da memória in-

dígena de seus antepassados. Elas vivem numa área de cerca de 150 hectares e, a exemplo de seus ancestrais, sobrevivem da caça de pequenos animais e da agricultura de subsistência. Seus antecedentes chegaram a Aratuba vindos da Serra da Gameleira, em Canindé, em busca de água e segurança, fugindo das secas de 1877 e 1915. Com o tempo, foram assimilando muito dos costumes dos “brancos” e passaram por um forte processo de aculturação. Hoje, eles tentam resgatar um pouco dessa memória esquecida, em busca do direito de serem considerados índios.

A principal liderança do grupo é José Maria Pereira dos Santos, o cacique Sotero, 55, cujo bisavô, Manuel Damião, foi literalmente caçado e “domesticado” pelos “brancos”, quando ainda era menino, lá por volta de 1880. Sotero lembra que seu bisavô contava histórias de seu povo e do quanto eles eram livres há tempos atrás. Foi essa ânsia de liberdade que proporcionou a força necessária para que ele, mais um punhado de outras pessoas, iniciassem um movimento de resgate através da criação da Sociedade Indígena Canindé, que há cerca de cinco anos busca oficializar a sua condição de povo indígena.

Vivendo numa sociedade onde todas as decisões parte do coletivo, os Canindé de Aratuba plantam seus roçados conjuntamente e, depois de tirarem o suficiente para plantarem no ano seguinte, dividem toda a colheita igualmente entre as famílias que trabalharam. Além dessas plantações coletivas, eles também têm suas roças individuais nos quintais de cada casa, onde as fruteiras se misturam às ervas necessárias ao preparo dos remédios caseiros. Nessa lida, a conhecedora maior é dona Odete, cunhada de Sotero, uma curandeira e rezadeira, famosa em Aratuba pelos remédios que prepara.

Além da agricultura e da criação de galinhas, porcos e bodes, a caça é outra atividade essencial aos Canindé. Na mata eles caçam o mocó - animal similar à cotia -, tamanduás, veados, punaré - um tipo de rato do mato -, entre outros menos conhecidos dos leitores mais urbanos. E, no cuidado de preservarem suas caças, eles delimitaram na Gia - um terreno de 265 hectares onde têm suas plantações -, uma área de preservação com 50 hectares que não podem ser usados para o plantio, servindo como refúgio natural dos animais, que são caçados apenas para comer e não como troféus.

Além destas, os Canindé estão buscando outras formas de resgatar seus costumes. O cacique Sotero preserva com cuidado um painel, que ele chama de pequeno museu, onde guarda cabeças, patas e peles dos animais que caça, além de utensílios de madeira e ferro e adornos variados, incluindo um típico cocar de penas. Casado, pai de cinco filhos, e com oito netos, Sotero se confessa católico e diz que os índios, assim como os “brancos”, também são diferentes. “Muita gente duvida que sou índio, porque diz que viu índio na

Diário do Nordeste

Fortaleza, Ceará - Sábado, 28 de fevereiro de 1998

memória esquecida

Os índios “Canindé” de Aratuba tentam resgatar tradição cultural

Amazônia e não é do nosso jeito. A gente não tá dizendo que somos os índio legítimo da história, mas somos índio que tem o sangue dos antepassados”

Criados juntos com os “brancos”, somente depois de adultos é que se conscientizaram da sua origem histórica, mas desde criança o sangue de índio falava mais alto. “Quando era menino, eu só gostava de viver no mato e minha mãe brigava dizendo que a gente era tudo índio e eu achava era bom, porque nós era mesmo, mas todo mundo tinha medo de dizer que era. Quando nós começamos nosso movimento muita gente dizia: ‘Rapaz, a gente vai é morrer, porque índio eles matam mesmo’. Muita gente não queria assumir ser índio como medo até de perder a terra.

E a luta pela terra quase teve um final trágico se não fosse pela velha e eficaz arma contra a terra, o diálogo. Explicasse: as roças do Canindé feitas em regime comunitário, incluem plantações de mandioca, milho, feijão e mamona, estando situadas na Gia. Esta área faz limite com a Fazenda Alegre e, devido a um acordo, também servia de pasto para o gado do antigo proprietário. Em 96 a fazenda foi desapropriada pelo Instituto Na-

cional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, para o alojamento de vinte famílias sem-terra e, na hora da demarcação dos limites, veio o conflito, pois os sem-terra também queriam incluir a Gia entre as terras desapropriadas. Com medo de perder sua terra, os Canindé enviaram um documento à Fundação Nacional do Índio, em 27 de julho de 96, solicitando apoio à sua luta.

Um dos trechos do documento dizia o seguinte: “Nós, Canindé, sabe da nossa origem indígena mas não publicava porque nós não tinha conhecimento dos direitos que existe hoje ao lado do Povo Indígena. Agora chegou o nosso saber e queremos garantir a nossa terra indígena, os nossos costumes e as nossas tradições... Nós não queremos desunião nem confronto com nossos vizinhos trabalhadores rurais da Fazenda Alegre, com quem sempre nós se juntamos para conversar, se apoiar, trabalhar. Eles são da mesma família que nós. Nossa terra é sagrada. Ela vem dos nossos antepassados e todos que moram nessa região tem conhecimento disso... Nós não queremos ser prejudicado na nossa terra que já é pequena demais e nem dá pra nós viver...”

Graças ao diálogo entre os Canindé e as famí-



Cacique Sotero, dos “Canindé”, luta há cinco anos oficializar condição do seu povo

lias assentadas, a questão foi resolvida pacificamente, com os índios cedendo 35 dos 300 hectares originalmente pertencentes a eles. Já a resposta da Funai veio alguns meses depois, em 17 de fevereiro do ano passado, e afirmava, entre outras coisas, que “no caso dos Canindé, a terra será identificada, delimitada e demarcada no ano de 1999”, procedimento que deverá acontecer de acordo com a programação plurianual do Departamento de Identificação e Delimitação do Órgão.

Tendo esquecido até sua tradição oral, preservada apenas através da lembrança de “seu” Zé Vicente, um dos moradores mais antigos da comunidade, que guarda na memória as músicas cantadas pela mãe quando ele era menino, os Canindé estão em busca da rearticulação de sua identidade. Certamente, não igual a de seus antepassados, mas tão autêntica quanto. “Nós só quer é viver no mato, caçar, plantar e proteger a natureza pra ninguém fazer extravagância com ela”.

Silvia Leite
Da Editoria do Caderno 3

INSTITUTO
Documentação
DIÁRIO DO NORDESTE
Fonte Diário do Nordeste (CE)
Data 28/2/98 Pg.
Class.



Dona Odete é especialista em remédios caseiros, herança dos seus antepassados

Fortaleza, Ceará - Sábado, 28 de fevereiro de 1998 **Diário do Nordeste**

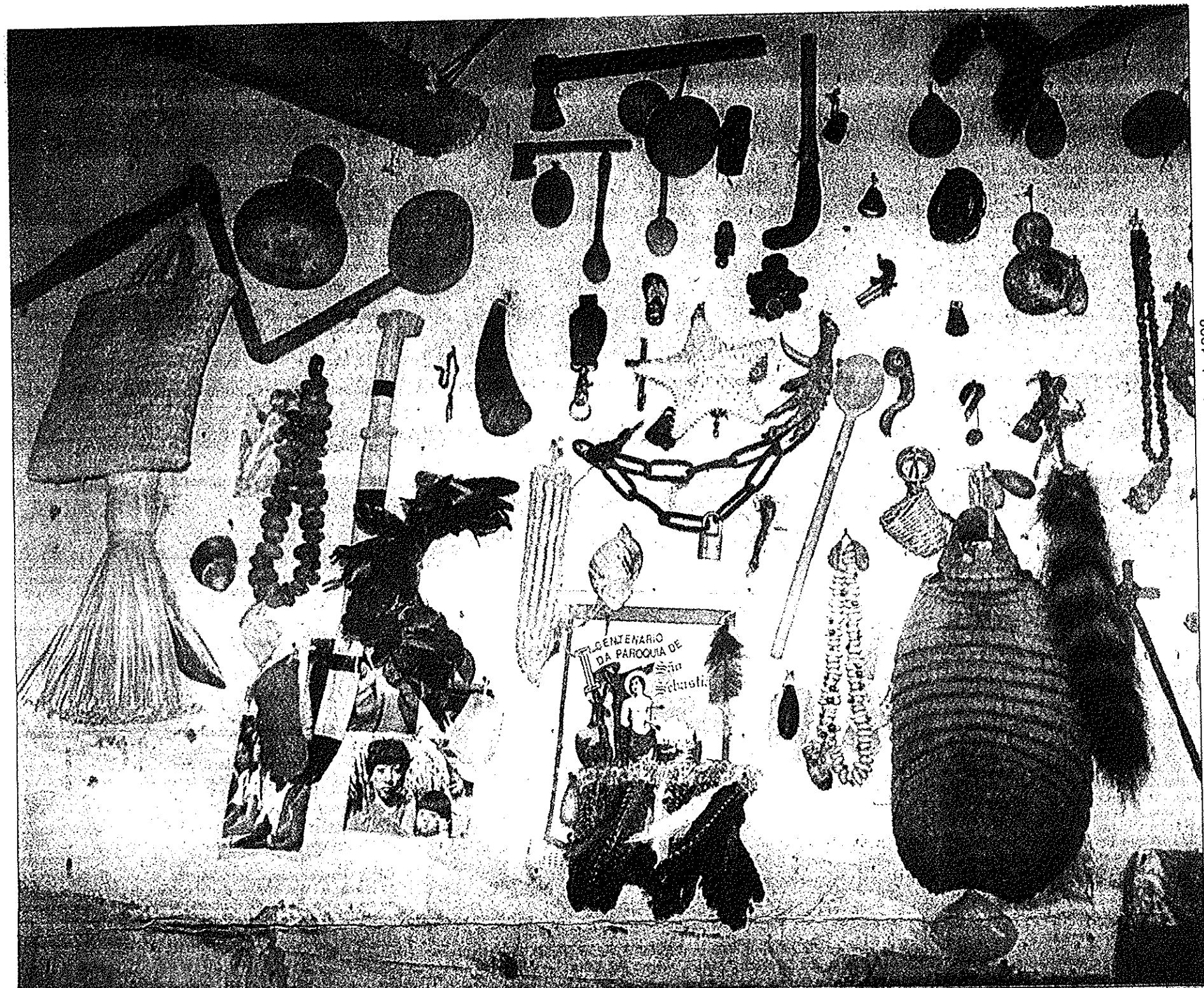
INSTITUTO
SOCIOCAMPESTRE

Documentação

Fonte *Diário do Nordeste (CE)*

Data *28/2/98* Pg _____

Class. *02 (cont.)*



Museu do Cacique Sotero formado por pequenos objetos como cocarés, colares, cabecéis e rabos de animais e miniaturas de instrumentos como o machado e a foice.